

TRÊS MOMENTOS PARA PENSAR UMA HISTÓRIA – ARGENTINA 1966-1976

Rosana Núbia Sorbille*

Resumo: Esse artigo apresenta alguns elementos para a compreensão da conjuntura entre os anos 1966-1976. Para tal estabelece, como fio condutor, as ações das organizações dos trabalhadores e dos grupos guerrilheiros e revolucionários nesse contexto. Tem como marcos a formação da Confederação Geral do Trabalho dos Argentinos em 1968, o Cordobazo em 1969 e o Massacre de Trelew em 1972, acontecimentos estruturantes para uma reflexão sobre a história argentina contemporânea.

Palavras-chaves: organizações de trabalhadores – grupos guerrilheiros revolucionários – repressão.

Abstract: This article presents some important elements to understanding the climate between the years 1966-1976. To that end states, such as thread, the actions of organizations of workers and revolutionary guerrilla groups and in that context. It marks the formation of the General Labour Confederation of Argentine in 1968, the Cordobazo in 1969 and the Massacre of Trelew in 1972, events for a reflection on the contemporary history argentina.

Key-words: workers' organizations – revolutionary guerrilla groups – repression.

* Consultora Especializada em Educação junto à UNESCO/MEC – Projeto 914/BRA/1123 – e Professora do Departamento de Comunicação da Faculdade JK.

Momento 1 – Um contexto¹

“Pregunta: ¿Sabes por qué nunca se producen golpes militares en los Estados Unidos? Respuesta: Porque en Washington no hay un embajador yanqui.” Broma corriente en América Latina nos años 60.²

Os golpes militares na Argentina, em 1966 e 1976, respectivamente, são faces da mesma moeda: a intervenção imperialista estadunidense no cenário da chamada Guerra Fria. Isso nos remete ao cenário mundial do período e às especificidades desta intervenção no Continente. Esta ação imperialista buscou, primeiramente, conter e, posteriormente, subjugar as demandas democráticas e revolucionárias em todo o Terceiro Mundo.

Nesta perspectiva, ações de enfrentamento nos níveis militar, de propaganda e de políticas públicas, também foram verificadas na Ásia e na África, onde projetos de emancipação estavam em curso.

A América Latina não apenas estava neste contexto, mas em destaque a partir da vitória da Revolução Cubana em 1959. O sociólogo, Emir Sader, assinala as mudanças operadas durante a primeira fase da revolução na Ilha:

“Seu impacto mais direto esteve ligado às reformas que introduziu (...) no momento em que se esgotava no resto do continente o ciclo econômico do segundo pós-guerra e se instalavam várias ditaduras militares como consequência dos conflitos gerados por uma nova conjuntura política. Cuba terminava com o latifúndio e com a presença estrangeira em sua estrutura produtiva rural, dando acesso à terra aos camponeses, sob a forma de cooperativas ou de propriedades individuais, além de organizar um amplo setor estatal, que dirigia a nova economia do país.

A juventude cubana era convocada em massa para uma campanha de alfabetização que terminou com o analfabetismo no país e, ao mesmo tempo, permitiu que os estudantes de origem urbana conhecessem o outro lado do país e, especialmente, entrassem em contato com o campesinato. Uma política cultural de integração latino-americana e de incentivo à criação cultural em vários planos – particularmente no cinema e na literatura – fez

ROSANA NÚBIA SORBILLE

de Cuba o pólo mais importante de intercâmbio entre artistas e intelectuais do continente, em pleno boom da literatura latino-americana.²³

Este processo de constituição de um pólo político-cultural efervescente no Continente está presente, também, no olhar do escritor e crítico Eric Nepomuceno:

“Em 1959, um acontecimento político serviu, enfim, para abrir de vez os caminhos para a nossa literatura: a revolução cubana, que despertou a curiosidade e a imaginação do mundo para esse continente onde tudo parecia possível de acontecer (...) num primeiro e definitivo momento a saga cubana serviu como prova inesperada de que o continente não estava destinado à humilhação permanente, à opressão sem saída, ao cotidiano, serviu para comprovar que não somos países inviáveis habitados por povos irremediáveis.”⁴

A liberdade cubana e a possibilidade da criação de um modelo sociocultural e econômico independente, soberano e socialista indicam, aos setores organizados à esquerda, uma via concreta de resistência às tiranias, enquanto forma, e de revolução enquanto conteúdo.

Colocada a viabilidade de uma ruptura estrutural por meio da luta armada e popular, tal emergência expõe uma situação de risco aos demais governos/países dependentes da América Latina, entre eles o argentino. Assim sendo, os governos são exigidos a responder às pressões advindas de setores organizados, acentuando, portanto, os conflitos nos interesses de classes. Em todos os níveis sociais não é mais possível fechar os olhos e manter-se alheio ao entusiasmo das vontades de transformação e de reação. Se essa observação é imediata, uma outra remete-nos à construção dos antecedentes políticos dos golpes.

Ao nos depararmos com inúmeras formas de ver, selecionar e narrar, a importância em localizar no tempo estes acontecimentos torna-se primordial. Tal importância nos é apontada singularmente por Bosi:

“(...) Datas. Mas o que são datas? Datas são pontas de icebergs. O navegador que singra a imensidão do mar bendiz a presença dessas pontas emersas, sólidos geométricos, cubos e cilindros de gelo visíveis a olho

nu e a grandes distâncias. Sem essas balizas naturais que cintilam até sob a luz noturna das estrelas, como evitar que a nau se espedace de encontro às massas submersas que não se vêem? (...) Datas são pontos de luz sem os quais a densidade acumulada dos eventos pelos séculos dos séculos causaria um tal negrume que seria impossível sequer vislumbrar no opaco dos tempos os vultos dos personagens e as órbitas desenhadas pelas suas ações. A memória carece de nomes e de números. A memória carece de numes (...) Os fatos se passaram uns depois dos outros. Para contá-los, isto é, narrá-los, é preciso também contá-los, isto é, enumerá-los. Contar é narrar e contar é numerar. (...) O ato de narrar paga tributo ao deus Chronos. (...) o que seriam hoje as datas, aquelas pontas de icebergs, se fossem cortadas e destacadas das suas massas submersas? Blocos soltos, blocos erráticos que vagariam na superfície crespa das águas e, chocando-se uns nos outros, se destruiriam no mar cruel da contemporaneidade. As datas, como os símbolos, dão o que pensar.”²⁵

Na Argentina, entre os antecedentes diretamente ligados ao golpe e a posse da Junta Militar – Videla (exército), Massera (marinha) e Agosti (aeronáutica), em 1976, estão: o golpe militar do *teniente general Juan Carlos Onganía e seus muchachos*⁶, denominada *Revolução Argentina* (junho/66); a *Noche de los Bastones Largos* (julho/66); a divisão da *Confederación General del Trabajo – CGT* (maio/68); o *Cordobazo* (maio/69), a renúncia do ministro da economia Krieger Vasena (69); as ações de impacto das organizações da luta armada – Montoneros e Ejército Revolucionario del Pueblo – ERP (70); a posse presidencial de Levingston (junho/70) e, seqüentemente, a de Lanusse com a proposta do *Gran Acuerdo Nacional* (março/71); as articulações para a formação e ação da Alianza Anticomunista Argentina – AAA (71); o fuzilamento de 16 presos políticos rendidos, 4 mulheres e 12 homens, na Base Aeronaval Comandante Zar, em *Trelew* (agosto/72); o retorno definitivo de Perón e o enfrentamento em Ezeiza (junho/73); a terceira presidência de Perón (outubro/73); a morte de Perón (junho/74); a posse presidencial de Maria Estela Martinez Perón – Isabelita (junho/74); o *Operativo Independencia* (fevereiro/75); o isolamento da guerrilha

(dezembro/75) e, como um segundo round, uma continuidade radical dos objetivos do governo Onganía, Levingston e Lanusse e o *Proceso de Reorganización Nacional* (março/76)⁷.

Na leitura desse quadro de acontecimentos da história recente argentina⁸ faz-se nítida uma distinção: a presença de organizações armadas em ação. De outro modo, poderíamos apontar no caso argentino dois golpes, 1966 e 1976, intermediados por um momento eleitoral de grande instabilidade. Diante deste universo possível de pontos de luz, narrações e interpretações, seguimos um eixo: a ação militar golpista sobre os governos eleitos diretamente esboçou o projeto das futuras ditaduras. Isto posto, apresentam-se os marcos de 1966 com a deposição⁹ do governo de Arturo Illia, da *Unión Cívica Radical del Pueblo (UCRP)* e, posteriormente, em 1976, com a deposição de Maria Estela Martínez Perón – Isabelita.

No sentido dessas intervenções está o elo unificador das experiências ditatoriais, não apenas na Argentina, mas em outras partes da América Latina, denominado Doutrina de Segurança Nacional¹⁰.

Tal Doutrina teve como espaços militares de formalização e difusão o *National War College* e o *Industrial College of the Armed Forces*, em Washington, a Escola Superior de Guerra, fundada em 1949 no Brasil e a *Academia Superior de Seguridad Nacional no Chile*¹¹ e foi a base ideológica sobre a qual os golpes foram justificados e legitimados pelas Forças Armadas. Entre seus princípios organizadores estavam os conceitos de guerra generalizada, de guerra fria e de guerra revolucionária.

Considerados esses conceitos/princípios, os Estados nacionais – a Nação por meio das forças militares – teriam que posicionar-se na proteção de seus espaços vitais de existência frente ao inimigo vermelho presente interna e externamente – o comunismo¹².

Segundo Mignone, a aplicação da Doutrina no Continente refletiu, também, outras tradições militares:

“A doutrina tinha três fontes estrangeiras principais, diferentes em cada um dos três países mais importantes onde fixou raízes. No Brasil, o teórico principal foi o general Golbery, e nesse caso há uma clara influência americana, por meio da Força Expedicionária Brasileira,

na qual Golbery serviu e que operou na Itália na Segunda Guerra Mundial, sob comando americano e com Vernon Walters como oficial de ligação etc. No Chile, o teórico principal foi o próprio Pinochet, que dava aulas, originalmente, na Escola Superior de Guerra do Chile, e suas influências mais importantes foram alemãs – isto é, teóricos prussianos do século XIX como Clausewitz, ou então gente do início do século XX, como Ludendorff. O Exército chileno foi moldado de acordo com os ideais prussianos. Embora os argentinos tenham começado por moldar-se também segundo o ideal prussiano, (por volta de 1920, metade da alta oficialidade do Exército argentino havia sido treinada na Alemanha), nesse caso, ao contrário, as principais influências mais recentes acabaram sendo francesas – isto é, os veteranos franceses da Indochina e da Argélia, que haviam desenvolvido uma doutrina de contra-insurgência baseada em suas próprias experiências. O influente general argentino Rosas fora por sua vez influenciado por esses ensinamentos durante seus estudos na Escola de Guerra francesa em Paris, no final dos anos 50. Trouxe essas lições de volta com ele, e elas foram ainda mais reforçadas pela presença de adidos militares franceses, muitos dos quais passaram períodos de semi-exílio em Buenos Aires no início dos anos 60. Foram elaboradas com maior coerência nos escritos posteriores do general Osiris Villegas, ele próprio fortemente influenciado pelos franceses.”¹³

Essas outras tradições podem ser um dos elos explicativos às diferentes práticas repressivas, preferencialmente, utilizadas no Continente pelos poderes militares instituídos. Na Argentina, a prisão-desaparecimento em centros de detenção clandestinos – verdadeiros campos de concentração para prisioneiros políticos – foi a prática predominante.¹⁴

Na análise de Comblin, explicita-se a política/conceito de segurança nacional:

“(…) Apaga uma série de diferenciações que pareciam fazer parte da herança da civilização. Em primeiro lugar, suprime a diferença entre a violência e a não-violência, isto é, entre os meios de pressão não violentos e os meios de pressão violentos. A segurança é a força do Estado

aplicada a seus adversários: qualquer força, violenta ou não. (...) Quem busca a segurança não questiona os meios. (...) No plano da política externa isso significa apagar a fronteira entre a guerra e a diplomacia (...). No plano da política interna (...) destrói as barreiras das garantias constitucionais: a segurança não conhece barreiras: ela é constitucional e anticonstitucional; se a Constituição atrapalha, muda-se a Constituição. Em segundo lugar, (...) desfaz a distinção entre política externa e interna. O inimigo, o mesmo inimigo está ao mesmo tempo dentro e fora do país; (...) Desaparece a diferença entre polícia e exército: seus problemas são os mesmos. (...) Em terceiro lugar, (...) apaga a distinção entre a violência preventiva e repressiva. Dentro do conceito de defesa nacional, a doutrina tradicional tentava restringir o emprego da violência entre as nações a casos de agressão: o uso da força armada era uma resposta a uma agressão caracterizada. Em compensação, a segurança nacional defende mesmo de modo preventivo os interesses nacionais, a fim de afastar possíveis ameaças futuras: a segurança não opõe barreiras à guerra preventiva. Na política interna passa-se o mesmo. O conceito de segurança interna do Estado era uma repressão à violência, a atos que pusessem em perigo a ordem pública. A segurança, pelo contrário, exige intervenções tanto em casos de suspeita de um possível perigo quanto em casos de delitos caracterizados. Enfim, a segurança nacional não comporta nenhum limite. (...) Como dizia Kissinger: a segurança absoluta tem um preço, que é a insegurança absoluta dos outros.”¹⁵

Vistos por esse ângulo, os golpes, e posteriores governos militares na América Latina, têm heranças e interesses comuns, os quais possibilitarão a futura articulação na denominada *Operação Condor*¹⁶. São, simultaneamente, instrumentos de prevenção e repressão externa e interna, engendrados pelos interesses da reorganização do capitalismo no contexto mundial.

A aplicação da Doutrina de Segurança Nacional representa portanto, no Continente, a base ideológica sobre a qual se estabelecem os planos de desenvolvimento econômico neoliberais e de segurança política necessários ao exercício de um poder inquestionável e violento.

Na expressão de Carlos Fico, a vigência do “Estado contra o povo”¹⁷.

Momento 2 – A recusa de servir

“Nuestras clases dominantes han procurado que los trabajadores no tengan historia, no tengan doctrina, no tengan héroes ni mártires. Cada lucha debe empezar de nuevo, separada de las luchas anteriores: la experiencia colectiva se pierde, las lecciones se olvidan. La historia aparece así como propiedad privada, cuyos dueños son los dueños de todas las otras cosas”.

Rodolfo Walsh.¹⁸

Em março de 1968, setores antiburocráticos, antiimperialistas e anticapitalistas presentes no Congresso da Confederação Geral do Trabalho, representados por Raimundo Ongaro, buscaram um acordo na direção e na construção da linha política dirigida pela corrente *vandorista* denominada *participacionista*. Na impossibilidade de firmarem-se acordos políticos e representativos entre esses dois setores – o setor denominado combativo/autêntico de Ongaro e o denominado *participacionista/colaboracionista* de Vandor – deu-se a divisão. Em 1o. de maio do mesmo ano, já consolidada a cisão, a Confederação Geral do Trabalho dos Argentinos (*CGT de los Argentinos*) faz conhecer seu programa político.

Composto em quatro movimentos – *quem somos/de quem somos herdeiros-vozes; como nos sentimos; a percepção/análise da relação entre o momento vivido pela classe operária frente ao desmonte da indústria nacional argentina e o projeto/proposta* – o documento-manifesto é, indubitavelmente, uma convocação às lutas de resistência e enfrentamento para todos os setores sociais argentinos comprometidos com a ruptura com a ditadura e com a construção do modelo independente, soberano e anticapitalista.

Em momento algum, o documento-manifesto aponta, diretamente, o termo socialismo, mas é inegável a percepção da idéia socialismo posta em seu conteúdo. Desde o primeiro movimento como uma *“homenaje a los forjadores, los héroes y los mártires de la clase trabajadora”*, passando pelos sentimentos de perda, de necessidade/

legitimidade de herança e recomeço: “agraviados en nuestra dignidad, heridos en nuestros derechos, despojados de nuestras conquistas, venimos a alzar, en el punto donde otros las dejaron, las viejas banderas de lucha”, pela denúncia da “entrega del patrimonio económico del país a los grandes monopolios norteamericanos y europeos” o documento-manifesto finaliza:

“(…) Los trabajadores, auténticos creadores del patrimonio nacional, tenemos derecho a intervenir no sólo en la producción sino en la administración de las empresas y la distribución de los bienes.

– Sólo una profunda Reforma Agraria, con las expropiaciones que ella requiera, puede efectivizar el postulado de que la tierra es de quien la trabaja.

– Los hijos de obreros tienen los mismos derechos a todos los niveles de educación que hoy gozan los miembros de las clases privilegiadas. (...)

La CGT convoca en suma a todos los sectores, *con la única excepción de minorías entregadoras y dirigentes corrompidos*, a movilizarse en los cuatro rincones del país para combatir de frente al imperialismo, los monopolios y el hambre. Ésta es la voluntad indudable de un pueblo harto de explotación e hipocresía, herido en su libertad, atacado en sus derechos, ofendido en sus sentimientos, pero dispuesto a ser el único protagonista de su destino. (...)

Pero nada nos habrá de detener, ni la cárcel ni la muerte. Porque no se puede encarcelar y matar a todo el pueblo y porque la inmensa mayoría de los argentinos, sin pactos electorales, sin aventuras colaboracionistas ni golpistas, sabe que sólo el pueblo salvará al pueblo."¹⁹

A convocação à luta aberta contra a ditadura Onganía está posta. Inúmeras categorias profissionais passam a organizar movimentos de paralisação. No mesmo sentido, iniciam-se as ações de saques, de expropriações a quartéis e bancos e de seqüestros de inimigos do povo dirigidas pela organizações guerrilheiras revolucionárias: as Forças Armadas Peronistas – FAP20, as Forças Armadas Revolucionárias – FAR, Montorenos e o Exército Revolucionário do Povo – ERP – advinda do Partido Revolucionário dos Trabalhadores – PRT.

Assim, em Córdoba, uma das mais importantes cidades do país, em 29 de maio de 1969, é o lugar-síntese das lutas em curso e representa o início do fim do governo Onganía. Nela, trabalhadores, sindicalistas, estudantes, religiosos ligados ao Movimento de Sacerdotes para o Terceiro Mundo, profissionais autônomos e intelectuais tomam as ruas em protesto às más condições de vida e trabalho, mas também e, fundamentalmente, em memória aos jovens estudantes mortos pela repressão em Corrientes e Rosário²¹.

A repressão violenta ao *Cordobazo* com a morte de manifestantes e a prisão de importantes trabalhadores e sindicalistas como Jorge Canelles, Agustín Tosco e Elpidio Torres, acirrou ainda mais os conflitos em diferentes partes dos país.

Condenado a oito anos e três meses de prisão em Rawson, o secretário-geral do Sindicato de Força e Luz, Agustín Tosco, apresenta-nos o *sentido* do *Cordobazo*:

“(…) ¿Qué exigía ese pueblo en lucha? Exigía respeto a su soberana voluntad; exigía la normalización institucional, para que el Gobierno fuera elegido por decisión de la mayoría de la población, sin persecuciones para con las ideas y doctrinas de ningún argentino (...) Exigía que se aumentaran los salarios en un 40%, que era lo que había crecido el costo de vida (...) Exigía el respeto al derecho de asociación, reunión y libre expresión (...) Exigía la defensa del patrimonio nacional, absorbido, cada vez más, por los monopolios extranjeros (...) Exigía la creación de nuevas fuentes de trabajo, para eliminar la desocupación que trae miseria y desesperación en los hogares (...) Exigía la reincorporación de los cesantes y el levantamiento de las sanciones por haber hecho uso del derecho constitucional de huelga (...) Exigía una Universidad abierta a las posibilidades de los hijos de los trabajadores y con sustanciada con los intereses del país (...) Exigía la eliminación de las quitas zona les, que reducen las remuneraciones de los obreros por el solo hecho de vivir en el interior del país (...) Exigía la restitución del sábado inglés, que disminuyó los salarios en más del 9% y aumentó la jornada laboral (...) Ya el 16 de mayo, en Córdoba, se cumplió un extraordinario paro general de 24 hs (...) el 29 y 30 de mayo se cumpliría otro paro general de 37 hs., con actos públicos, en demanda

de soluciones. Antes de media hora de marcha, desde las fábricas a la ciudad, las fuerzas represivas ya habían asesinado a un compañero de Mecánicos y comenzaron a atacar a los trabajadores y a los estudiantes, con saña digna de invasores bárbaros. Toda la responsabilidad de lo ocurrido cae, inexorablemente, sobre las fuerzas de represión y los gobiernos Provincial y Nacional, que lo ordenaron. De nada puede culparse al Pueblo que salió a defender sus derechos y los defendió con sus tres armas fundamentales: la razón, la verdad y la justicia. Una de las consecuencias de la represión de la Dictadura, son los 13 prisioneros de Rawson; los 11 de Neuquén y los 7 de Córdoba. Todos juzgados y condenados por Consejos de Guerra, en forma injusta y arbitraria, sin una posibilidad adecuada de defensa (...)^{21a}

Momento 3 – A prisão de Rawson, a fuga e o Massacre de Trelew²²

“A memória articula-se formalmente e duradouramente na vida social mediante a linguagem. Pela memória as pessoas que se ausentaram fazem-se presentes. Com o passar das gerações e das estações esse processo “cai” no inconsciente lingüístico, reafirmando sempre que se faz uso da palavra que evoca e invoca. É a linguagem que permite conservar e reavivar a imagem que cada geração tem das anteriores. Memória e palavra, no fundo inseparáveis, são a condição de possibilidade do tempo reversível.”

Alfredo Bosi.²³

A partir de 1969 a Penitenciária de Segurança Máxima de Rawson, região da Patagônia, recebeu as principais lideranças da luta popular e revolucionária condenadas pelo arbítrio ditatorial.

No universo prisional de 82 presos comuns, 166 presos políticos e 45 carcereiros, coube aos militantes das principais organizações armadas argentinas – ERP, FAR e Montoneros –, o protagonismo de um audacioso plano de fuga: retirar os principais dirigentes e reintegrá-los à luta popular.

Em 15 de agosto de 1972, dos 116 presos políticos organizados para a fuga apenas 25 chegam, em dois distintos momentos, ao aeroporto de Trelew e, desses, apenas o primeiro grupo composto por Mario

Roberto Santucho, Enrique Gorriarán Merlo, Domingo Menna, Marcos Osatinsky, Roberto Quieto e Fernando Vaca Narvaja consegue, conforme o planejado, tomar o avião e seguir rumo ao Chile e, posteriormente, a Cuba. Os 19 militantes – Ana Villarreal de Santucho, Carlos Astudillo, Eduardo Capello, Carlos del Rey, José Mena, Clarisa Lea Place, Humberto Suarez, Humberto Toschi, Jorge Ulla, Mario Delfino, Alfredo Kohon, Miguel Angel Polti, Mariano Pujadas, Ricardo Haidar, Susana Lesgart, Maria Angelica Sabelli, Maria Antonia Berger, Alberto Camps e Rubén Bonet, impossibilitados de partir, rendem-se, frente às câmeras de TV, juízes e a imprensa nacional, às forças repressivas.

Transferidos e transferidas (são quatro mulheres) para a Base Almirante Marcos A. Zar e postos incomunicáveis, são fuzilados em 22 de agosto. O relato e a denúncia do *Massacre de Trelew* foram realizados por três militantes gravemente feridos, mas surpreendentemente sobreviventes: Maria Antonia Berger, Ricardo René Haidar e Miguel Alberto Camps.

Os corpos dos militantes fuzilados seguiram para sepultamento nos locais de origem/militância das vítimas. Uma vez expostos, criaram comoção e forte repúdio social à ditadura. Imagens do período revelam não apenas grande participação popular, mas, principalmente, as palavras de ordem de vingança aos algozes e de continuidade da luta dos revolucionários.

Nesse clima de mobilização social a ditadura teve que recuar, não sem duas lições dadas pelos acontecimentos de Rawson/Trelew: na prisão foi possível a constituição de um comando unificado da esquerda armada (por isso o castigo exemplar) e que corpos remanescentes dos assassinatos-fuzilamentos serão sempre provas da existência de crimes. Os militares e civis golpistas de 1976 compreenderam as lições de 1966/1972. O Massacre de Trelew explicita, indubitavelmente, as bases do Terrorismo de Estado.

Assim, o primeiro retorno de Perón à Argentina, em 17 de novembro de 1972²⁴, depois de 17 anos de exílio, marcará uma nova correlação de forças deste período de transição para uma instável democracia. Convocadas as eleições e vitorioso o peronista Héctor Cámpora, a anistia aos presos políticos é assinada em 25 de maio de 1973 como marca da posse desta nova ordem. Assim descrita:

“La asunción de Cámpora (...) se desarrolló en un clima de fervor popular, poniendo fin al mandato del tercer y último presidente de la Revolución Argentina, Alejandro Lanusse. (...) La gente ganó las calles, entonando consignas antimilitares. ‘Se van, se van y nunca volverán’ (...) Una de las primeras medidas del gobierno fue decretar la amnistía para todos los presos políticos, que había sido una de las promesas de la campaña electoral.”²⁵

A chamada *primavera camporista* encerrou-se com as renúncias do presidente e de seu vice em julho de 1973. Em setembro do mesmo ano a chapa Perón-María Estela [Isabel] Perón é vitoriosa, com 61,85% dos votos, na segunda convocação eleitoral pós-ditadura; o clima político é de radicalização armada tanto à direita, com as ações da *Alianza Anticomunista Argentina – Triple A* –, como à esquerda, pelas organizações revolucionárias. O populismo peronista uma vez afrontado, opta, como não seria diferente, à ruptura com sua militância de esquerda, radicalizando as ações de enfrentamento desta. Diante da morte de Perón e a insignificância política de Isabelita, o caminho está aberto para as Forças Armadas (re)conduzirem os objetivos do golpe de 66, um projeto de segurança e desenvolvimento econômico ao sabor dos interesses do capital internacional, marcando o extermínio da oposição como método.

Quando reiniciam o estabelecimento de seu projeto ainda durante o governo de Isabelita Perón, em 1974, os golpistas pretendem eliminar, de fato, qualquer oposição. Tanto as experiências interna como externa possibilitaram uma decisão: a prisão-desaparecimento como o melhor método a ser aplicado na contenção de qualquer forma e/ou conteúdo de resistência e, para tal, utilizaram-se de todos os recursos materiais e (des)humanos necessários. Assim que se consolida o golpe final a estrutura está preparada para a execução desse plano/método.

Nas palavras de Sonderegger:

“Articulado con la intimidación provocada por la magnitud del proceso represivo, la campaña oficialista dueña de los medios de comunicación, la prohibición de la actividad política, el silencio social no es sólo impuesto, sino también consecuencia de un vacío. Esta fractura ha sido producida por dos factores concurrentes: por un lado

la derrota política del movimiento popular, y la distancia operada entre el discurso de sus organizaciones, que habían alcanzado un alto grado de consenso sobre la base de consignas de participación, y una práctica que ya en 1975 aparece aislada del conjunto de las luchas populares; factor – la derrota – que resulta significativo a fin de explicar la escasa resistencia inicial; y por otra, la brecha entre el discurso de las Fuerzas Armadas que se autocalifican como custodia de los “valores occidentales y cristianos”, ante la “subversión” y la realidad del Terrorismo de Estado.”²⁶

Em 24 de março de 1976, por meio do *Ato Institucional n.º 1* firmado pelos Tenente General Jorge Rafael Videla - Comandante General do Exército, Almirante Emilio Eduardo Massera - Comandante General da Marinha e Brigadeiro General Orlando Ramón Agosti - Comandante General da Força Aérea, o *Terrorismo de Estado* estava em vigor para garantir a prisão, seqüestro, tortura, confinamento, desaparecimento e, por fim, a execução de vozes e práticas democráticas e revolucionárias.

Bibliografia

ANDERSEN, Martin Edwin. *Dossier Secreto: el mito de la guerra sucia*. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 1993.

ANZORENA, Oscar. *Tiempo de violencia y utopía: del golpe de Onganía (1966) al golpe de Videla (1976)*. Buenos Aires: Pensamiento Nacional, 1998.

BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 1995.

CARABALLO, Liliana (et al.). *Documentos da historia argentina (1976-1983)*. Buenos Aires: Eudeba/UBA, 1996.

_____ . *Documentos da historia argentina (1955-1976)*. Buenos Aires: Eudeba/UBA, 1998.

CHEREN, Liliana. *La masacre de Trelew: institucionalização del Terrorismo de Estado*. Buenos Aires: Corregidor, 1997.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Filho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1978.

D'ANDREA MOHR, José Luis. *Memoria De(b)vida*. Ediciones Colihue: Buenos Aires, 1999. CD- Documentos.

DELLASOPPA, Emilio. *Ao inimigo, nem justiça: a violência política na Argentina 1943-1983*. São Paulo: Hucitec/DCP-FFLCH/USP, 1998.

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista Argentino: quince años después, una mirada crítica*. Buenos Aires: EUDEBA, 1999.

FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Prefácio: Jacob Gorender. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARIANO, Nilson Cezar. *Operación Cóndor: Terrorismo de Estado en el Cono Sur*. Mendoza: Lohlé-Lumen, 1998.

SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não-autorizada – o século do imperialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SONDERÉNGUER, María. Aparicion con vida: el movimiento de derechos humanos en Argentina. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Los nuevos movimientos sociales/2*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985.

SORBILLE, Rosana Núbia. “*No olvidamos, no perdonamos, no nos reconciliamos*”. A constituição e atuação das organizações de familiares de desaparecidos políticos na Argentina e no Brasil: 1973-1995. São Paulo: PROLAM/USP, 2002.

WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. Tradução: Tomás Rosa Bueno e Celso Nogueira (das notas e referências). São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

Notas

- ¹ O Momento 1 – Um contexto é uma adaptação de parte do Capítulo 1 – Vontades, Derrotas, Infâmias e Silêncios – da dissertação de mestrado, ‘*No olvidamos, no perdonamos, no nos reconciliamos*’. A constituição e atuação das organizações de familiares de desaparecidos políticos na Argentina e no Brasil: 1973-1995, de Rosana Núbia Sorbille, orientada pelo Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola, USP, outubro de 2002.
- ² Apud ANDERSEN, Martin Edwin. *Dossier Secreto: el mito de la guerra sucia*. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 1993, p. 365.
- ³ SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não-autorizada – o século do imperialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 103.
- ⁴ NEPOMUCENO, Eric. O exercício de reinventar uma realidade delirante. In: *O ESTADO DE SÃO PAULO*. São Paulo: 13/6/1998, p. D-4.
- ⁵ BOSI, Alfredo. O tempo e os tempos. In: NOVAES, Adauto (org.) *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras/Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp. 19-20.
- ⁶ Expressão de Perón. Apud DELLASOPPA, Emilio. *Ao inimigo, nem justiça: a violência política na Argentina 1943-1983*. São Paulo: Hucitec/DCP-FFLCH/USP, 1998, p. 269.
- ⁷ Designação dos militares e apoiadores ao golpe de 1976 na Argentina.
- ⁸ CARABALLO, Liliana (et al.). *Documentos da historia argentina (1955-1976)*. Buenos Aires: Eudeba/UBA, 1998.
- ⁹ Este momento é contado por Ema Illia: “Yo sabía que mi padre iba a caer mucho tiempo antes de aquella noche del 27 al 28 de junio. Y él también. Lo sabía desde antes de assumir. (...) Hay una anéctoda ilustrativa: cuando mi padre estaba en vísperas de viajar a Mendoza para proclamar su candidatura a la Presidencia (...), un grupo de militares – entre los que estaba (...) Lanusse – cenó con él en el restaurante Pollo al Barro, de Pilar (...). Parece que los militares (...) hablan y hablan, se ríen, se pasan de copas y a los postres le dicen: ‘Mire, Illia, ni se moleste en ir a Mendoza. Porque usted no va a ganar: va a ganar Aramburu; si usted gana no le vamos a entregar el poder y si le entregamos el poder lo vamos a voltear.’” Entrevista de Ema Illia a Miguel Bonasso. In: *DIÁRIO PÁGINA/12*. Buenos Aires: 28/6/1996. Apud CARABALLO, Liliana (et al.). Op. cit., p. 98.
- ¹⁰ COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Trad. A. Veiga Filho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 1978.
- ¹¹ Id., Ibid., p. 21.
- ¹² Id., Ibid., pp. 32-50.

- ¹³ Apud WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. Tradução: Tomás Rosa Bueno e Celso Nogueira (das notas e referências). São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 125.
- ¹⁴ MARIANO, Nilson Cezar. *Operación Cóndor: Terrorismo de Estado en el Cono Sur*. Mendoza: Lohlé-Lumen, 1998, p. 20. Ver também: CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 1995, p. 23-28.
- ¹⁵ COMBLIN, Joseph. Op. cit., p. 55-57.
- ¹⁶ A (cri)ação da Operação/Plano Condor, oficializada na década de 70, foi resultado de uma aliança, entre as ditaduras do Cone Sul, em uma etapa decisiva de controle e repressão, formando, desta feita, o que foi denominado como Mercosur del Terror, responsável por atividades integradas de prisões, torturas, mortes e desaparecimentos de cidadãos e cidadãos argentinos, brasileiros, chilenos, uruguaios e paraguaios. Ver: MARIANO, Nilson Cezar. Op. cit., p. 15.
- ¹⁷ FICO, Carlos. *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Prefácio: Jacob Gorender. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 165.
- ¹⁸ Disponível em: http://escribiana.blogspot.com/2008_05_18_archive.html. Acessado em 7 de setembro de 2008 às 15h15min.
- ¹⁹ El Programa del 1o. de mayo de la CGT de los Argentinos. In: Apud CARABALLO, Liliana (et al.). Op. cit., pp. 132-134. Grifos nossos.
- ²⁰ Posteriormente integrada à organização Montoneros.
- ²¹ Os estudantes Juan José Cabral (Corrientes) e Alberto Ramón Bello e Luis Norberto Blanco (Rosário). Ver: DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista Argentino: quince años después una mirada crítica*. Buenos Aires: EUDEBA/UBA, 1999, p. 38.
- ^{21a} Carta de Augustín Tosco escrita, em 13 de julho de 1969, na prisão de Rawson. Apud CARABALLO, Liliana (et al.). *Documentos da historia argentina (1976-1983)*. Buenos Aires: Eudeba/UBA, 1996, pp. 35-36.
- ²² O Momento 3 – A prisão de Rawson, a fuga e o Massacre de Trelew é uma adaptação de parte do Capítulo 1 – Vontades, Derrotas, Infâmias e Silêncios – da dissertação de mestrado, *'No olvidamos, no perdonamos, no nos reconciliamos'*. A constituição e atuação das organizações de familiares de desaparecidos políticos na Argentina e no Brasil: 1973-1995, de Rosana Núbia Sorbille, orientada pelo Prof. Dr. Osvaldo Luis Angel Coggiola, USP, outubro de 2002.
- ²³ BOSI, Alfredo. Op. Cit., pp. 19-20.
- ²⁴ Perón, depois de inúmeras articulações políticas deixou a Argentina, rumo à Assunção/Paraguai, em dezembro do mesmo ano. Retornou definitivamente em

20 de junho de 1973. Sua chegada ao aeroporto de Ezeiza foi conflitiva. Ver: ANZORENA, Oscar. *Tiempo de violencia y utopía: del golpe de Onganía (1966) al golpe de Videla (1976)*. Buenos Aires: Pensamiento Nacional, 1998, 195-202.

²⁵ CARABALLO, Liliana (et al.). *Documentos da historia argentina (1955-1976)*. Buenos Aires: Eudeba/UBA, 1998, p. 55-76 e 177.

²⁶ SONDERÉNGUER, María. Aparición con vida: el movimiento de derechos humanos en Argentina. In: JELIN, Elizabeth (comp.). *Los nuevos movimientos sociales/2*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1985, p. 8.